

Governo vai revogar resolução sobre plano turístico do Douro

Executivo vai levar à prática investimentos públicos, sobretudo em estradas, que permitam transformar o vale do Douro no quarto destino turístico do país

CELESTIE PEREIRA

O Governo deverá revogar a Resolução de Conselho de Ministros (RCM) que enquadra o Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro (PDTVD) aprovada em fim de mandato pelo Executivo de Santana Lopes. Este documento tem sido alvo das mais duras críticas, nomeadamente da Agência Portuguesa para o Investimento (API), por ser omisso em relação a investimentos públicos a lançar na região duriense.

Pedro Silva Pereira, ministro da Presidência, não adianta qualquer calendário para a revogação da polémica RCM, mas avança que as alterações a introduzir poderão incidir também sobre o próprio PDTVD, um documento que elege todo o vale duriense como uma "zona de excepcional aptidão e vocação turística" e visa transformá-lo no quarto destino turístico do país. Mas, frisou o mesmo governante, "mais do que mudar o que está escrito, queremos pegar nas intenções de investimento que existem para a região e levá-las à prática, porque é só com a concretização desses projectos que a região pode dar um salto qualitativo, económico e no emprego", sublinhou.

Lançado com toda a pompa em Maio de 2004, pelo então primeiro-ministro Durão Barroso, o PDTVD propõe um conjunto de medidas de "indução de dinâmicas públicas e privadas". O documento enquadra os projectos turísticos privados em estudo pela API e programa um conjunto de investimentos públicos prioritários e de eliminação ou atenuação de "custos de contexto". Entre outros projectos, o PDTVD considera "fundamental" a conclusão, até 2007, do IC5 entre Vila Pouca de Aguiar e o IP2 (Nozelos), do IC26 entre Lamego (IP3) e Trancoso (IP2), IC35, entre Penafiel e Entre os Rios, A4 entre Amarante e Vila Real, bem como a instalação definitiva do Museu do Douro e a construção do Museu do Côa.

Críticas de Miguel Cadilhe

Só que, ao contrário do que foi prometido, estes projectos mergulharam numa estranha



Alterações ao documento aprovado por Santana Lopes podem incluir o próprio plano.

letargia. E foi por isso que a reacção da agência presidida por Miguel Cadilhe à resolução 75/2005 de 17 de Março não se fez esperar. Para a API esta resolução constitui uma "fraca aprovação" que "faz fraca a forte" promessa lançada pomposamente por Durão Barroso.

"O Vale do Douro carece de um programa de investimentos públicos e de atenuação de embaraços administrativos específicos", dispara a API, que entende que a RCM "não acolhe adequadamente" as propostas apresentadas no PDTVD. "[E] necessário aprovar o quadro de investimentos públicos prioritários, e a subsequente execução plurianual. Em matéria de custos de contexto, (...) afigura-se-nos indispensável aprovar o que se propõe no PDTVD, em

matéria de licenciamento de projectos turísticos que não sejam reconhecidos como PIN (Projectos de Interesse Nacional), mas que são indispensáveis ao desenvolvimento do vale do Douro", sublinhou ao PÚBLICO, por escrito, Costa Lima, presidente da Comissão Executiva da API.

Sobre esta matéria, Silva Pereira, adianta apenas que o Governo está apostado em dar "sinais de interesse" em relação à concretização de projectos turísticos em estudo pela API. Segundo o governante, as alterações à RCM estão a ser estudadas pela Secretaria de Estado do Turismo e a sua configuração, bem como os novos projectos e investimentos para o Douro vão ser apresentados num Conselho de Ministros que o Governo irá realizar no próprio Alto Douro vinhateiro e cujo calendário ainda não está definido.

Ontem, alegando uma "imposição estatutária", Costa Lima recusou-se a revelar quais os resultados das acções comerciais que a API realizou junto de uma centena de investidores nacionais e internacionais em 14 países. Há cerca de 15 dias, Costa Lima adiantou que a agência de investimentos tem em mãos cinco intenções "firmes" e "relevantes" de investimentos no Douro, num valor que "ultrapassa os 300 milhões de euros", nenhuma delas ainda aprovada. ■

A Agência Portuguesa para o Investimento tem em mãos cinco intenções "firmes" e "relevantes" de investimentos no Douro, num valor que "ultrapassa os 300 milhões de euros", nenhuma delas ainda aprovada